



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Marxismo, teoria social e crítica da economia política.

Trabalho e Capital: breves caracterizações

Ana Clara Serpa Cardoso¹
 Caio de Alcântara Gomes da Cruz²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar e compreender a categoria trabalho a partir da literatura marxista e apreender os impactos do trabalho alienado no processo de exploração de vida da classe trabalhadora na contemporaneidade. A pesquisa foi realizada através de leitura bibliográfica, baseando-se em obras de autores críticos. Pretende-se a partir deste artigo resgatar o conceito de trabalho e demonstrar as particularidades desta categoria na sociabilidade capitalista, o seu desenvolvimento de maneira explorada e alienada, diferentemente das particularidades de sua origem que busca promover a criticidade do homem e sua emancipação.

Palavras-chave: Trabalho; Capital; Exploração; Alienação.

Work and Capital: brief characterizations

Abstract: This article aims to present and understand the work category based on Marxist literature and apprehend the impacts of alienated work in the process of exploring working-class life in contemporary times. The research was carried out through bibliographical reading, based on works of critical authors. The aim of this article is to rescue the concept of work and demonstrate the particularities of this category in capitalist sociability, its development in an exploited and alienated way, unlike the particularities of its origin that seeks to promote the criticality of man and his emancipation.

Keywords: Work; Capital; Exploration; Alienation.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como norteador a discussão sobre a categoria trabalho em Marx, levando em conta a dinâmica do modo de produção capitalista. Através de um viés crítico, traçamos algumas especificidades sobre determinadas temáticas, algumas abordadas com maior aprofundamento, outras de forma mais objetiva.

Em um primeiro momento, buscamos apresentar o significado da categoria trabalho, como esta se constitui e como realiza transformações ao ser humano. Para essa discussão, utilizamos algumas obras de Karl Marx e Friedrich Engels. A forma como os homens se organizam e se relacionam, estão correlacionadas diretamente com

¹ Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: anaclaracardoso.ufjf@gmail.com.

² Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: caioagcruz@gmail.com

os trâmites desta categoria e abordá-la se tornou necessária para compreender a dinâmica das relações sociais.

Posteriormente, discorreremos sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista, suas consequências e, principalmente, as problemáticas que impactam diretamente a classe trabalhadora. O desenvolvimento do modo de produção capitalista se tornou um marco em nossa história enquanto humanidade, as relações sociais ganharam expressão de forma extremamente particular, como poderá ser observado no decorrer deste artigo.

Outro debate a ser apresentado se trata da produção de mercadorias. Na esfera da produção de mercadorias, pontuamos o processo de exploração da classe burguesa sobre a classe trabalhadora e como isso se dá, ainda que de forma superficial. Nesse sentido, o resgate histórico dos escritos do próprio Marx foi necessário para melhor entendermos as raízes do que diz respeito ao trabalho e suas determinações que aqui julgamos serem fundamentais.

Categoria trabalho e algumas de suas especificidades

É a partir do trabalho, que o homem desenvolve os meios necessários para sua sobrevivência através de uma relação considerada dialética³. Através de um conjunto de mecanismos que se desenvolve tal categoria, encontramos algumas pontuações necessárias para desenvolvermos a temática.

No que tange a atividade humana em relação à natureza, podemos observar que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (MARX, 2014, p. 211).

Dessa forma, o trabalho é uma categoria que diferencia os homens dos animais. É indispensável para a vida humana, pois através dele o ser humano estabelece uma relação direta com a natureza, transformando-a e se transformando também. É através

³ Ver José Paulo Netto (2011), *Introdução ao estudo do método de Marx*.

do trabalho que o homem conseguiu se desenvolver e atingir determinado grau evolutivo, no qual, podemos dizer que o trabalho criou o próprio homem⁴ (ENGELS, 1999).

Essa diferenciação entre o homem e animal é explicada através do trabalho (ENGELS, 1999). O homem, por sua vez, consegue agir de maneira racional pensando de forma prévia nas modificações que precisa e assim transformar a natureza em sua volta tendo em vista o seu benefício e suas respectivas necessidades. Os animais, por sua vez, agem de maneira instintiva, unicamente pela sua sobrevivência e reprodução (MARX, 2014). Acerca dessa diferenciação exemplificada:

Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender a sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sobre sua forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na sua mente a construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da tensão durante todo o curso do trabalho. (MARX, 2014, pág. 211).

O trabalho foi determinante para o desenvolvimento humano, seu corpo físico, seu paladar, as suas formas de comunicação, todas elas foram desenvolvidas a partir desta relação entre homem e natureza. Evidentemente que ações externas, como a própria relação entre indivíduos e contextos naturais favoreceram o aspecto em questão, contudo, observa-se a intrínseca relação e a importância da categoria trabalho.

Como visto, o trabalho é uma categoria que nos evidencia explicações sobre a origem do homem enquanto ser social⁵ – sendo determinante para Marx o processo de

⁴ Em “O papel do trabalho na transformação do homem”, Friedrich Engels (1999, p.4), em contraponto com a afirmação da então economia política aponta que: “O trabalho é a fonte de toda riqueza”, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”.

⁵ Ver mais a respeito em Lukács (1969) “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem”.

consciência –, possuidor de racionalidade e capacidade transformadora. Por meio da categoria trabalho, conseguimos entender a origem das relações sociais, da linguagem e do desenvolvimento de seu próprio corpo, se efetivando em processos cada vez mais elevados e complexos.

Consolidação do modo de produção capitalista: um resgate histórico.

No modo de produção capitalista, o trabalho continua a ser a forma com que o homem transforma a natureza e a si mesmo. Porém, está capturado pela lógica sistêmica em que importa mais o atendimento das necessidades do modo de produção capitalista do que as necessidades humanas para além da produção de mercadorias. Essa captura se dá por meio da preponderância do chamado trabalho abstrato⁶, categoria que abordaremos mais adiante.

Antes de adentrar a este debate, é fundamental entender como se estabelecem as relações de produção e reprodução na sociabilidade capitalista e o processo de seu desenvolvimento por intermédio. Este resgate histórico será realizado a partir da chamada acumulação primitiva, entendendo esta, o momento de criação da “massa” de trabalhadores “livres” dependentes do trabalho assalariado. Desta forma, não será realizado uma retomada do surgimento do capitalismo advindo da crise do sistema feudal⁷, visto que é um debate amplo que necessita ser aprofundado e que não constitui como objetivo do presente artigo.

⁶ Se prescindimos do valor de uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas, então, o produto do trabalho já terá passado por uma transmutação. Pondo de lado seu valor de uso, abstraímos, também, as formas e elementos materiais que fazem dele um valor de uso. Ele não é mais mesa, casa, fio ou qualquer outra coisa útil. Sumiram todas as suas qualidades materiais. Também não é mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outra forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem uma das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. (MARX, 2014, p. 60).

⁷ Segundo o Dicionário do Pensamento Marxista, editado por Tom Bottomore (1988): as interpretações substantivas de Marx sobre a transição do feudalismo para o capitalismo permanecem ambivalentes e estão longe de ser unitárias. Duas perspectivas gerais nos são oferecidas. A primeira delas, por exemplo, muito presente nos textos das décadas de 1840 e de 1850, enfatiza o efeito corrosivo da atividade mercantil, do crescimento do mercado mundial e das novas cidades em expansão sobre o sistema feudal. O capitalismo mercantil que se desenvolve dentro de uma esfera urbana autônoma cria a dinâmica inicial na direção do capitalismo. A segunda perspectiva, particularmente evidente em *O Capital*, tem como centro o “produtor” e o processo pelo qual ele se transforma em comerciante e em capitalista. A isso chamou Marx de “o caminho realmente revolucionário”. A análise causal dirige-se, nesse caso, para as precondições que permitem que alguns produtores se transformem em capitalistas, notadamente a

Entre os séculos XV ao XVIII, a acumulação primitiva, assim chamada por Karl Marx (2014) – fase prévia ao estabelecimento do capitalismo industrial – foi base do capitalismo, pois é nela que decorre um processo de expulsão dos camponeses do campo, a tomada de suas terras, retirando dos mesmos à sua fonte de subsistência, obrigando estes sujeitos a venderem sua própria força de trabalho e, assim, ficarem dependentes do trabalho assalariado, embora ainda combinado ao colonialismo e ao escravismo. Esta desintegração deu origem a um proletariado empobrecido e a uma camada superior de ricos que multiplicavam as suas terras e já neste momento acumulavam certo capital e colocavam progressivamente fim ao feudalismo, como já dito num processo amplo e complexo que não abordaremos aqui.

De forma determinante, o capitalismo é o modo de produção que tem na busca do lucro, por meio da exploração da força de trabalho, a extração da mais-valia e a apropriação dos meios de produção seu principal pilar, estabelecendo o surgimento primordialmente de duas classes antagônicas no seio da sociedade: a classe burguesa e a classe trabalhadora. O primeiro estágio do capital inicia-se então com a acumulação primitiva como mencionado, e vai até meados do século XVI até XVIII, com o estabelecimento da manufatura, designando-o de capitalismo mercantil ou comercial. Posterior a esse momento, Marx (2014) aponta o começo de um segundo estágio com a organização da produção através da nascente da grande indústria, datada do século XVIII até finais do século XIX, sendo designado como capitalismo concorrencial.

O capitalismo concorrencial, tem como objetivo não deixar o fluxo do mercado ficar inerte, procurando sempre inovar e reduzir os preços dos produtos, já que, se estabelece uma relação de livre concorrência. Esta etapa proporciona estímulo para a criação de um mercado mundial e a disputa entre pequenos e médios capitalistas por meio da incorporação de novas tecnologias à produção. Como mencionado, a apropriação privada dos meios de produção constitui condição para o surgimento do capitalismo, que se consolida e se impõe na segunda metade do século XIX com a

separação entre a grande maioria dos produtores e a propriedade dos meios de produção e a criação de uma força de trabalho assalariada e desprovida de propriedade. Marx refere-se, em *O Capital*, a essas variantes como dois caminhos da evolução capitalista, mas aponta o segundo como a caracterização realmente decisiva da transição.

Revolução Industrial, dando avanço ao terceiro estágio denominado de capitalismo monopolista.

O capitalismo monopolista inicia-se nas três últimas décadas do século XIX e se prolonga até os dias atuais.

Na era da estrada de ferro coexiste o caráter competitivo da livre empresa - que na economia política liberal possui sua apologética - com as tendências concentracionais características do que mais adiante, dará lugar ao “capitalismo tardio”, marcado pela tendência para oligopólios e monopólios, bem como a debilitação ou até supressão da livre concorrência. É, contudo, uma supressão da livre concorrência. É, contudo, uma era que apresenta a fase mais criativa do capitalismo, uma vez que consagra como valores quase religiosos o ideal de progresso científico e tecnológico, a substituição da religião e da filosofia pela ciência, a promoção do inventor da figura quase sacerdotal. É a época em que triunfa a ideologia de Saint-Simon e de Comte, que crêem que se está inaugurando uma nova idade da razão fundada no dirigismo dos industriais ilustrados, de empresários colocados a serviço dos princípios nacionais da ciência e da tecnologia. (CATANI, 2011, p. 58).

Assim, o capitalismo monopolista busca pelos superlucros e intensifica, dessa forma, a exploração da força de trabalho submetendo-a ainda mais ao atendimento de suas necessidades. O Estado é órgão central para a produção e reprodução de lucro, aprimora sua intervenção e é neste estágio que o capitalismo se consolida pela apropriação privada dos meios de produção. Há um surgimento dos monopólios industriais e bancários, constituindo o chamado capital financeiro⁸.

No entanto, na efetividade da vida econômica, o surgimento dos monopólios teve um enorme impacto. O aparecimento, em menos de 30 anos, de grupos capitalistas nacionais controlando ramos industriais inteiros, empregando enormes contingentes de trabalhadores e influenciando decisivamente nas economias nacionais alterou de modo extraordinário a dinâmica econômica. Em poucas décadas, esses gigantes monopólios (centrados na indústria pesada) extravasariam as fronteiras nacionais, estendendo a sua dominação sobre enormes regiões do globo. Mas, já então, entre fins do século XIX e os primeiros anos do século XX, o grande capital – a partir daí geralmente conhecido como capital monopolista – firmemente estabelecido na produção industrial, se constituía como a coluna vertebral da economia capitalista, articulando formas específicas de controle das atividades econômicas (o pool, o cartel, o sindicato, o truste, etc.). Uma vez estruturados e consolidados esses monopólios, mudou a fisionomia do capitalismo; consumada a monopolização. (BRAZ e NETTO, 2012, p. 190).

Alguns estudiosos compreendem que de forma correlacionada ao capitalismo monopolista, se desenvolve a fase imperialista do capital, que se consolida nas últimas

⁸De acordo com Netto (2012): “*O capital financeiro se constitui como uma fusão dos capitais monopolistas industriais com os bancários, ganhará centralidade no terceiro estágio evolutivo do capitalismo, o estágio imperialista*”.

três décadas do século XIX, percorrendo todo o século XX, se prolongando no decorrer do século XXI (Braz e Netto, 2012).

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (BRAZ e NETTO apud LENIN, 2012, p. 193).

Braz e Netto pontuam em relação ao imperialismo:

O imperialismo é um estágio de desenvolvimento do capitalismo; por isso mesmo, as leis (tendências) que comandam a dinâmica desse modo de produção continuam operando nesse estágio. No entanto, fazem-no sob condições novas e dessas novas condições, que modificam a operação daquelas leis, decorrem processos e fenômenos antes inexistentes (ou que antes não tinham a relevância que, com o imperialismo, passam a ter). (BRAZ e NETTO, 2012, p. 201).

O imperialismo, em concomitância com a terceira fase do capitalismo, coloca o capital em uma etapa mais evoluída, no que tange a garantia de lucro de um pequeno número de capitalistas. Evidencia que o capital busca a cada momento se consolidar e se aperfeiçoar.

Buscou-se acima, elaborar uma breve contextualização do contexto histórico de surgimento do modo de produção capitalista que se dá através de um longo processo que vai se reconfigurando de acordo com as circunstâncias políticas, sociais e econômicas contextuais. É notável o poder de articulação do modo de sistema capitalista a sua realidade por meio de transformações que implicam direta e profundamente na vida de uma classe específica: a classe trabalhadora.

Entraremos adiante no debate acerca do trabalho na sociabilidade capitalista com intuito de uma melhor compreensão do processo de exploração e como se dá a produção de mercadorias dentro desta lógica.

Trabalho: produção de mercadorias e exploração no modo de produção capitalista

Como visto, o trabalho é fundante do ser social e é por meio dele que o homem consegue se diferenciar dos outros seres e desenvolver aptidões para o seu autoconhecimento, sua autoprodução e sua consciência. Porém, na sociabilidade capitalista, devido a sua essência de obtenção de lucro por meio da exploração da força

de trabalho, o trabalho possui algumas especificidades, que vem se acentuando em cada estágio de capital colocado acima e que hoje no chamado imperialismo encontra-se em um nível exacerbado.

O trabalho dentro do modo de produção capitalista é alienado⁹ e, em sua dimensão abstrata prevalecente, não contribui para a emancipação humana¹⁰, já que, como aponta Marx (2001), o homem neste contexto se aliena em relação ao próprio trabalho e, assim, também da essência de sua própria espécie. O homem que necessita da venda da sua força de trabalho para sua sobrevivência não consegue reconhecer o produto final por ele produzido, nem o reconhecimento do seu próprio papel nesse processo, caracterizando o que Marx chama de estranhamento¹¹ em relação a eles e aos outros homens.

Esse processo acarreta em um desgaste excessivo à classe trabalhadora, se contrapondo à sua emancipação imergindo a lógica do trabalho alienado.

A alienação do trabalhador no objeto revela-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, menos tem de consumir; quanto mais valores cria, mais sem valor e mais desprezível se torna; quanto mais refinado o seu produto, mais desfigurado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, mais desumano o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais magnífico e pleno de inteligência o trabalho, mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna escravo da natureza. (MARX, 2001, p. 113).

Quando falamos em alienação no modo de produção capitalista compreendemos que burgueses e proletários participam do processo de produção de forma conflituosa, pois possuem interesses distintos. A classe trabalhadora vive em busca de melhores condições de trabalho e de vida e, por consequência, tenta constantemente aumentar o seu salário e seu tempo livre, ou seja, o valor da venda de sua força de trabalho e melhores condições de exercer suas atividades e viver para além do trabalho. O burguês, busca a todo momento aumentar o seu lucro, explorando o proletariado,

⁹ Marx retrata a alienação nos Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844. Segundo o autor, a alienação é retratada em relação ao produto do trabalho; no processo de produção; em relação ao indivíduo enquanto membro do gênero humano e em relação a outros indivíduos. (MARX, 2001).

¹⁰ [...] a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forças propias” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma de força política (MARX, 2010, p. 54). Ou seja, só em outro modo de produção será possível a emancipação humana, já que a mesma consiste na liberdade plena do indivíduo.

¹¹ Ver Karl Marx, Manuscritos econômico-filosóficos. 3 ed. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda., 2001.

desenvolvendo e implementando tecnologias nos meios de produção com o único objetivo de aumentar o seu lucro (MARX, 2014).

A lógica do modo de produção capitalista é de produzir mercadorias acrescidas de valor (MARX, 2014), e estas demandam trabalho, mais especificamente do dispêndio, compra e venda de força humana de trabalho. Neste contexto histórico em questão, a produção e circulação das mercadorias estão associadas diretamente à riqueza produzida. Para entendermos essa lógica de produção de mercadorias, é preciso captar a ideia central do que é uma mercadoria.

Sobre a temática, diz Marx:

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção. (MARX, 2014, p. 57).

Nesta descrição, “coisa” é entendida como mercadoria. E todas as mercadorias produzidas, de alguma forma, satisfazem as necessidades humanas. Necessidade esta seja de se vestir, de se alimentar, de trazer conforto em suas atividades de lazer, etc. (MARX, 2014).

A mercadoria é constituída por duas dimensões, valor-de-uso e valor-de-troca (MARX, 2014). Para sabermos se uma mercadoria tem valor, entende-se que este é determinado pela quantidade de trabalho realizado para produzir tal mercadoria. Por exemplo, na produção de açúcar, levando em consideração que essa mercadoria é uma necessidade humana e seu aperfeiçoamento e produção acontece devido à uma transformação do homem à natureza, a quantidade de trabalho efetuado no processamento da cana-de-açúcar, até chegarmos ao açúcar que conhecemos, depende de uma quantidade específica de trabalho.

Um valor-de-uso ou um bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato. Como medir a grandeza do seu valor? Por meio da quantidade da “substância criadora de valor” nele contida, o trabalho. A quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações do tempo, como hora, dia etc. (MARX, 2014, p. 58).

Esse dispêndio de força humana, de trabalho abstrato, define o valor de uma mercadoria. E essa mercadoria, por ter utilidade para o homem, tem valor-de-uso, mas também e sempre, enquanto mercadoria, valor de troca.

Diz Marx, a propósito do valor de uso:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. Mas essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas. A própria mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é, por isso, um valor-de-uso, um bem. Esse caráter da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis. Ao se considerarem valor-de-uso, sempre se pressupõe quantidades definidas, como uma dúzia de relógios, uma tonelada de ferro etc. (MARX, 2014, p. 58).

Ao compreendermos que toda mercadoria produzida só tem valor, pois existe atividade humana, trabalho humano, entramos no debate de que o valor de uma mercadoria, na sociedade capitalista, só se realiza em seu valor-de-troca. Ou seja, na esfera da circulação, quando a mercadoria é vendida, o seu valor é realizado.

Utilizando o mesmo exemplo citado por MARX (2014), no capítulo 1 d'O Capital, sobre os produtos de engenhos de açúcar, na produção de café e na extração de diamante da terra, considera-se o valor de troca de uma mercadoria, também pela quantidade de trabalho inserido neste processo. A quantidade de trabalho executada para extrair o diamante da terra é muito maior do que para produzir café, assim, o diamante tem mais valor do que o café, pois se fez necessária uma quantidade maior de força humana. Tendo esse exemplo, se trocarmos ambas as mercadorias, logicamente, a quantidade de café deverá ser maior para ser trocada por um diamante.

Diamantes dificilmente se acham à flor do solo, e encontrá-los custa, em média, muito tempo de trabalho. Em consequência, materializam, em volume de minutos, muito trabalho. Willian Jacob dúvida que o ouro tenha, em algum tempo, pago seu valor por inteiro. Para o diamante, essa opinião é ainda mais válida. Segundo Eschwege, em 1823, a produção global, durante oitenta anos, das minas de diamante no Brasil não atingira, ainda, o importe do produto médio de ano e meio dos engenhos de açúcar e das plantações de café naquele país, embora ela custasse muito mais trabalho e representasse, portanto, mais valor. Com minas mais ricas, a mesma quantidade de trabalho e incorporar-se-ia em mais diamantes e o valor destes cairia. Se se conseguisse, com pouco trabalho, transformar carvão em diamante, este poderia ficar mais barato que tijolo. Generalizando: quanto maior a produtividade do trabalho, menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e, quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor seu valor. Inversamente, quanto menor a produtividade do trabalho, maior o tempo de trabalho necessário para produzir um artigo e tanto maior seu valor. A grandeza do valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade e na inversa da produtividade do trabalho que nela se aplica. (MARX, 2014, p. 62).

Tomemos como exemplo sapatos e camisas, duas mercadorias produzidas pelo homem para se vestir, facilitando o processo de andar e de se aquecer. O valor de uma quantidade “x” de sapatos pode ser trocado por uma quantidade de “y” camisas.

O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor-de-troca parece algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor-de-troca inerente, imanente à mercadoria. (MARX, 2014, p. 58).

E Marx prossegue:

Qualquer mercadoria se troca por outras, nas mais diversas proporções, por exemplo, uma quarta de trigo por x de graxa, ou por y de seda ou z de ouro etc. Ao invés de um só, o trigo tem, portanto, muitos valores-de-troca. Mas, uma vez que cada um dos itens, separadamente – x de graxa ou y de seda ou z de ouro –, é o valor de uma quarta de trigo, devem x de graxa, y de seda e z de ouro, como valores-de-troca, ser permutáveis e iguais entre si. (MARX, 2014, p. 58).

O capitalista, detentor dos meios de produção, além da utilização única da força de trabalho e da produção do trabalho excedente por meio da extensão das jornadas de trabalho para produção de mercadorias, implementa tecnologias para fortalecer seus meios de produção e, por consequência, aumentar a produtividade cada vez mais. Essa relação tem apenas um objetivo: aumentar o lucro do capitalista, mesmo que à custa disto exista um forte processo de exploração.

Para compreender esse processo é importante apresentarmos o que representa o capital constante e o capital variável:

A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios não muda a magnitude do seu valor no processo de produção. Chamo-a, por isso parte constante do capital, ou simplesmente capital constante. (MARX, 2014, p. 244).

Marx prossegue:

A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente capital variável. As mesmas partes do capital, que do ponto de vista do processo de trabalho, se distinguem em elementos objetivos e subjetivos, em meios de produção e força de trabalho, do ponto de vista do processo de produzir mais-valia, se distinguem em capital constante e capital variável. (MARX, 2014, p. 244).

Vale ressaltar que capital constante e capital variável englobam um mesmo mecanismo, mecanismo este que, para o capitalista, define os gastos que ele terá com meios de produção. A questão fundamental é que esses gastos, para que o capitalista tenha um retorno de lucro, precisa extrair da força de trabalho o máximo que puder. Sem explorar a força de trabalho, o capitalista vai à falência. Essa é a lógica do modo de produção capitalista.

Em relação à produção dos produtos sob propriedade dos capitalistas, expõe Marx (2014):

O produto, de propriedade do capitalista, é um valor-de-uso: fios, calçados etc. Mas, embora sejam úteis à marcha da sociedade e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica sapatos por paixão aos sapatos. Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso, quer produzir mercadoria; além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia). (MARX, 2014, pág. 220).

O capitalista dirá que o valor excedente se converte em capital constante, capital que será realocado nos meios de produção. Contudo, analisando a produção em sua totalidade, observamos que ao implementar tecnologia em sua empresa, a produção logicamente vai aumentar, mesmo com a mesma quantidade de trabalhadores. Marx (2014) define esse termo como mais-valia relativa. Ao aumentar a jornada de trabalho do trabalhador, em horas extras, vemos que em apenas um dia de trabalho o trabalhador conseguiu produzir uma quantidade de mercadorias, que consumidas, superam o seu salário. Com o aumento de sua carga horária, esse valor excedente é muito maior, o que é denominado, de mais-valia absoluta. Cabe aqui ressaltar a relevância de nos atentarmos acerca da categoria mais-valia, pois a mesma se constitui como um cerne à exploração do trabalho, já que, por meio dela, o capitalista consegue apropriar esse excedente.

Marx (2014) nos retrata como se constitui a composição da mais-valia, ou seja, a exploração da força de trabalho. E além dele diversos estudiosos se debruçam na

pesquisa aprofundada desta categoria, como Braz e Netto (2012) elucidando de uma forma didática como se desenvolve a sua apropriação por parte dos capitalistas.

O capital C decompõe-se em duas partes: uma soma em dinheiro c gasta com os meios de produção, e outra v despendida com a força de trabalho; c representa a parte do valor que se transforma em capital constante e v a que se transforma em capital variável. Originalmente, portanto, $C = c + v$; por exemplo, o capital antecipado de 500 libras = 410 libras + 90 libras. No fim do processo de produção, surge a mercadoria, com o valor é igual $(c + v) + m$, representando m a mais-valia; por exemplo, (410 libras + 90 libras) + 90 libras. O capital original C converte-se em C' , 500 libras transformam-se em 590 libras. A diferença entre ambos = m , uma mais-valia de 90. Uma vez que o valor dos fatores de produção é igual ao valor do capital desembolsado, é uma tautologia afirmar que o excedente do valor do produto em relação ao valor global dos valores de produção é igual ao acréscimo de valor do capital desembolsado, isto é, igual à mais-valia produzida. (MARX, 2014, p. 249).

Marx pontua:

Quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não representa para ele nenhum valor. Gera a mais-valia, que tem, para o capitalista, um encanto de uma criação que surgiu do nada. A essa parte do dia de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e ao trabalho nela despendida de trabalho excedente. Conceber o valor como simples solidificação do tempo de trabalho, apenas como trabalho objetivado, é tão essencial para o seu conhecimento geral quanto, para o da mais-valia, ver nela simples solidificação do tempo de trabalho excedente, trabalho excedente objetivado. Só a forma em que se extrai do produtor imediato, do trabalhador, esse trabalho excedente distingue as diversas formações econômico-sociais, a sociedade da escravidão, por exemplo, da sociedade do trabalho assalariado. (MARX, 2014, p. 253).

Levando em consideração a carga horária do trabalhador e a implementação de mecanismos para aumentar a produtividade, o lucro que o capitalista terá é superior aos gastos com os meios de produção. Ou seja, o valor excedente, não pago ao trabalhador, acarreta em um processo inerente à exploração da força de trabalho. Quando a produção enfrenta dificuldades, o capitalista aumenta a exploração sobre o trabalhador, assim, consegue produzir mais e realiza, portanto, implementações tecnológicas em sua empresa.

Com isso, podemos refletir através dos apontamentos apresentados o quão fundamental é a categoria dentro do processo de exploração, sendo esta a motriz primordial para privilégio dos capitalistas. Marx (2014, p. 254) conclui: “A taxa de mais-valia é, por isso, a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista”.

Considerações Finais

Nosso objetivo durante este artigo foi realizar uma revisão literária sobre a categoria trabalho com o intuito de aproximar os estudiosos da temática e aos leitores que por ela se interessarem, de uma linguagem mais didática trazendo elementos centrais para a discussão sem deixar de referenciar os autores clássicos.

Entender a origem social do sentido do trabalho, nos coloca a pensar como essa categoria é de relevância para o desenvolvimento humano se analisada pelo seu sentido ontológico. Porém, evidenciamos a forma como o capitalismo se apropria desta categoria de forma desumana via exploração da força de trabalho. De acordo com Saviani: “A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho.” (1986, p.14).

Dito isso, abarcar esta temática contribui para adensar nosso pensamento crítico enquanto sujeitos da totalidade da realidade social que estamos inseridos, considerando resgatar esta categoria fundante do homem e das relações sociais sendo possivelmente um estímulo à consciência de classe, objetivo que pode ser expandido a partir da socialização deste estudo.

Referências

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário de Pensamento Marxista**. Zahar: 1988.

BRAZ, M; NETTO, J. P. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CATANI, A. M. **O que é o capitalismo**. 35. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Fonte Digital: Rocket Edition, 1999. Acesso em www.jahr.org.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas, tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1 -18, 1969.

MARX, Karl. **Manuscritos económico-filosóficos**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo. Ed. Boitempo, 2010.

NETTO, J. **Introdução ao método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C.J. et al. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1986.